

Título da comunicação: *Preservar património digital através de redes de cooperação multidomínio.*

Resumo:

A informatização, desmaterialização e outros processos similares consistem na mediação tecnológica da informação, ou seja, na necessidade de um sistema intermediário que faculte a interpretação da informação ao ser humano. Este sistema é extremamente volátil e torna-se rapidamente obsoleto. A obsolescência resulta na impossibilidade de aceder à informação e a sua consequente perda.

O património digital é essencialmente informação digital, ou seja, bits codificados em 0 e 1. Ao contrário do universo analógico em que a densidade, natureza e substância do objeto patrimonial variavam consideravelmente consoante o tipo de objeto (escultura, pintura, documento, etc.).

Preservar o digital solidariamente implica analisar um conjunto de problemas: a delimitação do universo digital, ou seja, considerando o crescimento inusitado de informação digital produzida será possível mantê-la na sua totalidade? Nesta linha de pensamento importa refletir sobre o papel das representações digitais. Ou seja, a informação que representa através de emulações os objetos patrimoniais analógicos. Por exemplo uma imagem digital de um documento.

A organização centrada em rede, a natureza do objeto digital e as novas tecnologias que suportam processos informáticos de preservação carecem de ser analisadas de forma a determinar a sua adequação à preservação de património.

Preservação comum implica solidariedade e esta pressupõe comportamentos que privilegiem interoperabilidade e cooperação entre diferentes domínios culturais e comunidades de prática

O projeto “continuidade digital” iniciado e coordenado pela DGLAB, visa promover o debate multidomínio no sentido de analisar a viabilidade de preservar solidariamente património digital dentro de uma rede comum para preservação de património digital. Uma rede deste género constitui uma

estrutura de oportunidades para partilha de custos e recursos bem como para a criação de um corpo de conhecimento abrangente e extensível a todos os interessados neste processo.

O projeto assume uma metodologia base topo em que são aplicados princípios indutivos em que a produção de novo conhecimento determinam novas linhas de investigação. Ao contrário de um projeto convencional, não se assume qualquer ponto concreto de chegada, sendo antes empreendido um caminho de recolha e análise de informação que permitirá aos membros do grupo de trabalho determinar a potencial vantagem de construção de estruturas de preservação comuns, os benefícios individuais e organizacionais que saí podem resultar considerando uma análise comparativa com outras soluções alternativas.

Esta primeira fase do projeto que terminará em fevereiro de 2015 compreende um conjunto de iniciativas de investigação orientadas nos seguintes eixos e considerando as diferentes perspetivas das comunidades de prática envolvidas:

- Ambiente regulador;
- Autenticidade e avaliação de património,
- Acesso e públicos,
- Plataformas e requisitos tecnológicos,
- Arquitetura de informação
- Autossustentabilidade de uma rede de preservação comum.

O objetivo nuclear consiste em identificar e caracterizar pontos de aproximação e divergência entre as práticas normalmente utilizadas pelos representantes das diferentes comunidades presentes no projeto. Este exercício permitirá avaliar em que medida os pontos identificados permitem ou dificultam a criação de estruturas de preservação comuns a diferentes domínios culturais.

A segunda fase, ainda não planeada, será destinada à concretização das conclusões da primeira fase.

O nível de adesão a uma solução comum de preservação centrada numa rede poderá variar de acordo com a perceção de utilidade e vantagem que cada

comunidade de prática e cada instituição possa deter relativamente a essa solução.

Qualquer que seja o nível de adesão escolhido haverá sempre sinergias que valorizarão o conhecimento comum, partilhado e partilhável, e certamente aumentarão as possibilidades de ação sobre um património até hoje consideravelmente ignorado mas fundamental para a construção de memória.

Nota biográfica:

Ana Maria Rodrigues. Licenciada pela Universidade Clássica de Lisboa em Filologia Românica e Pós-graduada em Ciências Documentais – opção Arquivo - pela mesma universidade, exerceu funções docentes no Ensino Secundário de 1982 a 1987, ano em que também ingressou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo como técnica Superior de Arquivo. Desde então, tem desempenhado funções em vários serviços dos quais destaca o tratamento de fundos arquivísticos e, nos últimos anos, a inovação direcionada à administração eletrónica e preservação digital.

Francisco Barbedo. Licenciado em História, variante Arte e Arqueologia pela FLUP da UP. Curso de pós graduação em Ciências Documentais – opção arquivo, pela mesma faculdade e mestrado em gestão de informação pela Faculdade de Engenharia da mesma universidade. É arquivista desde 1992, detendo desempenhado várias funções nas áreas de serviço técnico de arquivo histórico, consultoria e gestão de projetos. Dedicou-se à gestão de informação digital e preservação desde 1995, tendo sido membro de diversos grupos de trabalho nacionais e comunitários. Foi subdiretor da Direção Geral de Arquivos e é presentemente diretor de serviços de inovação e administração eletrónica na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Lucília Runa. Arquivista desde 1990 (IAN/TT, Direção de Serviços de Arquivística). Licenciada em História (FCSH-UNL) e pós-graduada em Ciências Documentais – opção Arquivos (FL-UL).

Desde 1999 desenvolve a sua atividade profissional sobretudo na área da descrição arquivística: construção e aplicação de normas e orientações, formação visando a sua implementação e aplicação, controlo de qualidade da descrição, disponibilização e acesso à informação, nomeadamente através de portais, nacionais e internacionais.

Atualmente desenvolve a sua atividade na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, mais precisamente na Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica.

Mário Sant’Ana. Mário Sant’Ana, nascido em 1965, é licenciado pela Universidade Nova de Lisboa em Antropologia e Pós-graduado em Ciências Documentais – opção Arquivo - pela Universidade Autónoma de Lisboa. Exerceu funções docentes no Ensino Secundário, lecionando a disciplina de Geografia, entre 1990 e 1995. Em 1994 ingressou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo desempenhado funções em vários serviços dos quais destaca o tratamento de fundos arquivísticos, trabalho na área dos arquivos correntes e, nos últimos anos, a inovação direcionada à Administração Pública, governo eletrónico e preservação digital. Entre 2004 e 2009 lecionou também a disciplina de Descrição Arquivística na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.